

"Por louca e desobediente": representações femininas em *Carta à rainha louca*, de Maria Valéria Rezende

"For crazy and disobedient": female representations in *Carta à rainha louca*, by Maria Valéria Rezende

Dinameire Oliveira Carneiro Rios¹

Resumo: Discute-se neste trabalho a construção das relações de gênero na sociedade colonial brasileira do século XVIII a partir do livro *Carta à rainha louca*, de Maria Valéria Rezende. Considera-se na análise como embasamento crítico os Estudos de Gênero, a partir de autoras como Lugones (2008), bem como aqueles sobre a história do País, como Del Priore (2009) e Araújo (2013). Centrada na condição da mulher na época do Brasil-Colônia, a narrativa releva as agruras destinadas àquelas que não seguiam à risca a cartilha social patriarcal, a partir de situações como o casamento, a vida religiosa, a maternidade e o acesso à educação.

Palavras-chave: Narrativa. Mulher. Colônia. Literatura Brasileira.

Abstract: This work discusses the construction of gender relations in Brazilian colonial society in the 18th century based on the book *Carta à rainha louca*, by Maria Valéria Rezende. The analysis considers Gender studies as a critical basis in the analysis, from authors such as Lugones (2008), as well as those on the history of the country, such as Del Priore (2009) and Araújo (2013). Centered on the condition of women during the colonial Brazil era, the narrative highlights the hardships faced by those who did not strictly follow the social patriarchal manual, based on situations such as marriage, religious life, motherhood and access to education.

Keywords: Narrative. Woman. Cologne. Brazilian literature.

¹ Professora de Literatura da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: dina.rioslit@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6226-6002>.

*Artigo recebido em 25 de junho de 2024 e aceito para publicação em 28 de setembro de 2024.



Introdução

Representante da mais recente literatura brasileira contemporânea, a escritora Maria Valéria Rezende nasceu na cidade de Santos, em São Paulo, e reside desde 1986 em João Pessoa, tendo se tornado cidadã paraibana. Freira desde os 24 anos de idade, Rezende atuou na educação popular em São Paulo e no interior no Nordeste brasileiro durante longos anos, experiência que aparece em algumas de suas produções literárias. Como escritora, começou a publicar tardiamente, embora a escrita estivesse desde cedo presente na sua vivência, e ganhou notório reconhecimento dentro da literatura nacional especialmente a partir da publicação do romance *Quarenta dias*, agraciado pelo Prêmio Jabuti em 2015. Antes disso, já havia publicado outras obras literárias, como *O Voo da Guará Vermelha*, em 2005, livro já traduzido em alguns países, como França e Espanha, em seguida vieram outras produções, como o já citado *Quarenta dias* e o também premiado *Outros cantos*, vencedor do prêmio Casa das Américas em 2016.

Com sua rica experiência de vida na condição de freira missionária, tendo morado em alguns países e visitado todos os continentes, Maria Valéria Rezende diz tirar o substrato de suas narrativas

(...) de um imenso depósito que tem na cabeça, de peças de vários *puzzles* todas misturadas, que foram nos entrando pelos cinco sentidos através da vida, com todos os tipos de sensações que você tem, que vem de fora do mundo que vem de dentro de seu estômago, do rim, do enjoo que você sentiu, da tontura, de tudo que a gente já viu e já viveu. Eu tenho certeza: minha cabeça nasceu vazia. Tudo que tem lá dentro, entrou. Só que aquilo que você foi absorvendo do mundo e no mundo eu me incluo a mim mesma... (Rezende *apud* Piaceski, 2019, p. 255).

Assim, conforme seu relato, a literatura que produz é fruto, entre outros aspectos, de suas vivências, o que reverbera na construção de personagens a partir de uma espécie de síntese, conforme afirma a própria autora: “são criados a partir [...] de gente que vi, ouvi, toquei, pelo mundo afora, e especialmente com quem convivi numa troca educativa, para mim e para eles. É assim que se criaram meu Rosálio, minha Irene e os demais...” (Rezende, 2017). Nesta organicidade que marca a criação da obra de Maria Valéria Rezende, chama a atenção também o fato de as suas personagens serem, muitas vezes, caracterizadas pelo perfil de subalternidade ou marginalidade dentro do estrato social, uma vez que pertencem a condições de exclusão, abandono, inferioridade etc., sendo então, como afirma a própria autora em



entrevista concedida sobre a sua obra, uma “escritora dos invisíveis” (Rezende apud Piaceski, 2019, p. 257). Tal concepção coaduna com a caracterização construída pelo crítico Karl Erik Schollammer (2009) acerca da literatura brasileira produzida mais recentemente, uma vez que há uma tendência à revisitação da identidade e da história da Nação nestas obras por meio de um olhar que se debruça sobre os sujeitos esquecidos pelas páginas oficiais da história.

A representação de personagens ligadas a uma condição de invisibilidade econômica, social e simbólica mostra-se evidente em uma das mais recentes publicações da autora, o romance *Carta à rainha louca*, publicado pela Editora Alfaguara em 2019, obra que revela muito do passado colonial do País, especialmente dos anos finais século XVIII. Nesta narrativa, temos um romance de caráter epistolar, dividido em quatro partes – escritas no decorrer dos anos de 1779 a 1792 – em que a narradora-protagonista Maria Isabel das Virgens, a partir inicialmente de um discurso fragmentado e pouco cronológico, relata à rainha de Portugal, D. Maria I, a sua condição de vida na colônia portuguesa da América. Nas duas primeiras partes do livro, intituladas conforme os anos em que foram escritas, 1789 e 1790, a narradora conta sobre a rotina de monotonia, abandono e violência em em que se encontra, presa no Convento do Recolhimento da Conceição, em Olinda, os seus dias de espera ali até que uma nau possa levá-la a Lisboa para ser julgada, bem como, por exemplo, as inúmeras dificuldades enfrentadas para conseguir pena, tinta e papel para escrever à D. Maria I. Já nas duas partes finais do livro, intituladas pelos anos 1791 e 1792, de modo mais cronológico, a narradora reconstrói a sua história de vida, contando desde a infância e a adolescência, passadas no Engenho Paraíso, no Recôncavo baiano, onde era a dama de companhia da Sinhazinha Blandina, filha do senhor do engenho, as suas andanças pela cidade de Salvador, o período em que vive disfarçada como homem na região de Minas, até o momento em que se torna cativa em Olinda.

Escrevendo à “Mãe do povo” ou “A Louca”, como também era conhecida a rainha D. Maria I, a protagonista pretende construir a sua defesa da acusação de heresia por ter fundado um convento clandestino nas Minas Gerais à época da mineração, ainda que esteja ciente do pouco ou nada expressivo impacto das suas palavras diante da monarca. Segundo Maria Valéria Rezende, o ponto de partida da escrita do romance teria sido uma carta encontrada por ela durante um período de estudos no Arquivo Ultramarino de Lisboa, em 1982. Nesta epístola, uma mulher constrói uma autodefesa diante da acusação de ter fundado um convento clandestino para abrigar as “sobrantes”, mulheres brancas que não tinham conseguido estabelecer o matrimônio. A partir deste documento pertencente aos autos incompletos



de um processo, segundo a autora, a história fica em seu imaginário durante anos até ser transformada em ficção através de um romance que tenta preencher as várias lacunas deixadas pela autora da carta, como: Quem teria sido esta mulher?; Como aprendeu a escrever, sendo ela uma mulher pobre? Por que fundou um convento em Minas?, entre tantas outras questões que poderiam ser suscitadas a partir do documento encontrado (Rezende apud Maciel, 2019).

Para empreender a sua defesa, Isabel das Virgens relata à rainha as suas venturas e desventuras nas terras da colônia, evidenciando as situações de misoginia e violência física, por exemplo, das quais foi vítima até ser encarcerada sob a acusação de ferir as regras da Igreja Católica quanto à fundação do convento sem a autorização oficial. Assim, ao contribuir para a construção de um amplo painel social sobre o Brasil Colônia do final do século XVIII, o romance revela as atrocidades simbólicas, físicas e sociais do sistema patriarcal e a condição de vida das minorias sob uma perspectiva de inferioridade econômica, política e social, como negros, indígenas e mulheres. Nota-se, então, como o discurso literário de viés histórico empreendido no romance vincula-se fortemente à perspectiva do que é proposto pela Nova História, já que assente para a multiplicidade possível de versões dos fatos históricos, dando então vazão aos registros a partir de subjetividades subalternas dentro da historiografia dita oficial, como a feminina. (Burke, 1992) Neste artigo, em especial, interessa analisar como são construídas as representações relacionadas ao lugar social designado à figura feminina dentro deste cenário colonial, dando ênfase à percepção crítica e bem-humorada da narradora do romance acerca desse espaço tão estritamente determinado.

"Por louca e desobediente": *Carta à rainha louca* e a mulher na Colônia

A narradora de *Carta à rainha louca*, Isabel das Virgens, era uma mulher sem a referência materna desde muito cedo, filha de um português que exercia a função de capataz no Engenho Paraíso, mas que precisou fugir e abandonar a filha ainda adolescente após ter assassinado um homem que tentou abusá-la. Sem vínculos com suas raízes familiares, restou à personagem os cuidados e o apego à filha dos senhores, Blandina, (de quem era a dama de companhia e se considerava irmã), além da perspicácia para ouvir atrás das cortinas as aulas do padre-mestre que ia ensinar Blandina, adquirindo, a partir daí, o saber das letras. O acesso à escrita e à leitura, tão raro à época, conforme aponta Marchelli (2006), uma vez que apenas cerca de



20% da população no século XVIII tinha algum domínio sobre esses saberes, significou para a protagonista uma forma de poder, sobrevivência, distinção e, por fim, defesa, frente aos vários obstáculos que precisou enfrentar no decorrer da vida. Desta forma, ao apontar para o cenário patriarcal que domina a Colônia, Rezende também já sinaliza o caminho possível para a subversão, a leitura e a escrita, conforme será visto no século seguinte com o surgimento do movimento feminista e o movimento sufragista (Telles, 2013). Assim, centrado na condição de sujeitos que faziam parte dos estratos sociais mais desprivilegiados da sociedade colonial do século XVIII, o romance de Rezende consegue construir diversas camadas de subversão, entre elas, pode-se citar a própria condição da narradora do romance, uma mulher pobre e letrada numa época em que o acesso às letras era uma prerrogativa especialmente para uns poucos homens ricos.

É preciso pensar que a condição colonial atravessa dupla ou triplamente a existência da protagonista no decorrer da narrativa, afinal, a sua posição de mulher, pobre e residente na colônia portuguesa aponta para uma subalternidade diante da supremacia de um modelo colonial dominado pelo homem da metrópole, branco e rico, conforme aponta Spivak (2010). Desta forma, consciente de ser vítima desse processo e ver a escrita como um subterfúgio para a denúncia, já que os dispositivos sociais determinantemente patriarcais coíbiam e anulavam a sua voz, Isabel vê na possibilidade de escrever para uma mulher, neste caso, a rainha, uma forma de ser ouvida em suas acusações sobre a realidade da Colônia:

Muito tenho hesitado em escrever-Vos, pois bem sei que mesquinhos são os infortúnios que Vos hei de relatar se comparados àqueles trabalhos que, desde Vossa régia infância, certamente tendes passado, que Rainha sois, mas nem por isso sois menos mulher, e sofrer e chorar é o quinhão de todas as filhas de Eva, não obstante sua condição neste mundo, ~~porque em todas as condições, aqui nestas colônias, em África, nas Índias, na China ou no Reino, no paço real ou na mais pobre aldeia do Vosso Império, estão submetidas às leis dos homens que muito mais duras são para as fêmeas e só para elas se cumprem, pois todos os seus pais e irmãos e maridos e filhos e varões quaisquer, clérigos ou seculares, só as querem para delas servirem--se e para dominá-las como aos animais brutos se faz, blasfemando vergonhosamente ao emprestar-lhe a Deus Nosso Senhor tão cruel desígnio. Perdoai-me a rasura, Senhora, que se me ia a pena correndo sem peias pelo papel. (...)~~ (Rezende, 2019, p. 10).



No discurso da protagonista fica evidente a tentativa de se fazer compreendida diante da rainha, especialmente pela existência de uma possível sororidade estabelecida previamente entre o sexo feminino, mas sobressai, em determinados trechos, ainda com mais veemência, a virulência de uma crítica e denúncia social em relação às condições de vida e aos abusos de poder daqueles que representam a monarca nas terras portuguesas de além-mar. No trecho acima, que faz parte ainda dos preâmbulos da missiva, a narradora aponta para aquilo que Lugones (2008) denomina de colonialidade de gênero, uma vez que o processo de hierarquização da colonização determinou a hegemonia do sexo masculino diante do feminino, impossibilitando a emancipação da mulher, ao mesmo tempo em que a subordinou às normas, regras, imposições e violências do patriarcado.

Ainda, é importante analisar uma estratégia discursiva que perpassa todo o romance: as rasuras diante do que foi escrito. Por um lado, elas podem ser vistas como uma espécie de autocensura diante do possível julgamento da rainha ao ler a carta, afinal, trata-se de uma mulher que tenta convencer da sua sanidade frente a um sistema que a acusa de “louca e desobediente” (Rezende, 2019, p. 9). Por outro, as rasuras também representam uma forma mais ácida de crítica à sociedade da época, mas que a narradora, ciente do poder e dos impactos da palavra, se obriga a censurar pela própria estratégia de rasurar o que foi dito. Num jogo discursivo estratégico e simbólico de se permitir dizer o que não pode ser dito, ela usa como justificativa a impossibilidade de desperdiçar papel, uma vez que conta à soberana sobre a dificuldade de aquisição das folhas que usa para escrever, o que só foi possível após furtá-las, a muito custo, dos arquivos do Convento do Recolhimento.

Ao discorrer sobre os infortúnios que marcaram a sua vida enquanto transitava entre terras baianas e mineiras, espaços privilegiados do poder durante o período colonial, a narradora revela e denuncia os lugares sociais aos quais a mulher estava relegada. Assim, o casamento, a maternidade, o distanciamento da vida social e, muitas vezes, em oposição ao estabelecimento do matrimônio, o recolhimento aos conventos, eram destinos esperados para o sexo feminino na colônia portuguesa. Esta rigidez dos papéis sociais é atestada por Wehling e Wehling (1994, p. 270-271), ao afirmarem que

No Brasil colonial, tanto a legislação portuguesa quanto as práticas coloniais acentuaram o caráter subalterno da mulher. (...) A sociedade colonial, com seus valores hierárquicos e patriarcais apoiados numa legislação severa à qual se acrescentava a existência de um grande número de escravos – o que por si só reduzia



o ser humano à condição de objeto – destinava assim a mulher, forçosamente, a uma condição inferior. As concepções do direito romano e da tradição cristã minimizaram esta situação, mas não a alteraram, produzindo o resultado quase sempre revelado pelas fontes: a mulher de status elevado, reclusa; a mulher pobre ou escrava, objeto de trabalho ou de prazer.

Havia apenas, conforme apontam Wehling e Wehling (1994), uma situação em que a mulher conseguia sobressair e comandar dentro deste cenário social: a viuvez. Não que isso significasse o surgimento de um matriarcado, mas apenas uma faceta do patriarcado, uma vez que a mulher precisava comportar-se dentro das estruturais sociais vigentes, mantendo firmes os demais papéis sociais. Sendo esta uma mínima exceção à regra, nota-se que a realidade de opressão à mulher era interseccional, impactando, de diversas formas, a existência feminina na colônia, fossem elas mulheres brancas, ricas ou pobres, indígenas ou negras escravizadas. No romance, a protagonista, na condição de mulher sem família, pobre e conseqüentemente sem dote para o casamento, via-se como socialmente inferior até mesmo em relação à mulher negra, valorizada dentro da lógica mercantil colonial como um “objeto” capaz de render lucro ao seu senhor através da procriação. Sendo assim, a mulher, acima de tudo, era reduzida ao valor atribuído conforme o seu préstimo dentro do sistema colonialista patriarcal:

Esse é o destino das mulheres que, não sendo cativas por lei, pior vivem do que as escravas vendidas a bom preço nos mercados, porque a estas proveem os senhores para que não se lhes perca o cabedal, como não se deixa perder por nada uma mula ou um jumento. Já as mulheres brancas que nada possuem, que não servem para o trabalho nos canaviais e nas minas, nem para parir crias cativas para seus senhores, tal qual sou eu, não estando destinadas a dar-se em matrimônio pelo bom dote e como penhor de alguma aliança, não se podendo tampouco vendê-las ou não se querendo comprá-las, nada valem. Ninguém gastará com elas seus bens nem se importará com a sua decência e não terão com que cobrir-se, a menos que tenham a desvergonha e os dotes de corpo para oferecerem-se como rameiras no fundo das bodegas e estabelecer-se em bordeis. E de nada lhes adianta queixarem-se ao bispo ou aos frades porque no mínimo lhes farão ouvidos moucos e, se calhar, antes as preferirão despidas para nelas satisfazer sua luxúria do que vestidas e guardadas na inocência (Rezende, 2019, p. 12-13).



Silenciando a seu modo a subjetividade negra diante das diversas mazelas da escravização, fato esse recorrente na historiografia do País, Isabel enxergava-se como uma peça de descarte na sociedade colonial, uma vez que sua existência, diferente da mulher negra, não estava atrelada sequer ao lucro e à produtividade. Destituída da possibilidade do matrimônio, peça importante para o projeto de colonização, afinal garantiria a manutenção da presença portuguesa no território, restava à mulher branca e pobre, como Isabel, a prostituição, apenas hipocritamente condenada pelos religiosos, conforme seu discurso perante a rainha. Conforme aponta Del Priore (2009), em seu estudo *Ao sul do corpo*, o casamento entre o homem português e a mulher branca no território da colônia era subsidiado pela estrutura colonialista, afinal, possibilitava a manutenção da presença lusa e sua descendência nestas terras. Assim, percebe-se que de imediato o interesse não era apenas o casamento, mas ele era o meio necessário e exemplarmente institucional para a construção de famílias genuinamente portuguesas, já que a maternidade se punha como o fim desse processo para a mulher. Ou, como sugere a autora, a Igreja e o Estado se apossavam do corpo, mais especificamente do útero feminino, para dar continuidade e garantir o sucesso da empreitada colonial. Assim, o casamento e a maternidade foram utilizadas pela Igreja como forma de domesticação e adestramento das condutas femininas durante o período colonial, com a finalidade política e econômica de povoar a Terra de Santa Cruz de pequenos portugueses, dando continuidade e sistematizando a colonização. Segundo a pesquisadora, a mulher garantiria o prosseguimento do modelo colonial não somente através da maternidade, mas como base para a construção de um modelo ideal de comportamento para toda a sociedade, já que adestrar a mulher significa dominar toda a sua descendência, visto ser ela a primeira responsável pela educação e pela transmissão de normas e valores ancestrais. Por isso o discurso elaborado e disseminado na Colônia acabava por constituir dois estereótipos da mulher enquanto parte da maternidade: a santa-mãezinha e a mulher pública. À primeira seria atribuída a associação com a Virgem Maria, afinal, seria uma mulher estritamente ligada aos deveres católicos como esposa e mãe, à segunda, a vinculação pecaminosa a Eva, já que a prostituição aparecia para ela como uma dos caminhos possíveis.

No caso das mulheres pertencentes às famílias ricas, especialmente a filha mais velha, como Blandina, além de um meio de perpetuação da estrutura do sistema colonial, através da descendência, assim como de domesticação da mulher moldada por uma disciplinarização do corpo, o casamento também servia, entre outras coisas, como forma de manutenção do poder



sobre posses e fortunas. Nesse sistema seguido pelos senhores de engenho, por exemplo, era comum, como forma de driblar a necessidade da igual divisão da herança entre os vários filhos, que os mais novos fossem impelidos a seguirem a vida religiosa, o que facilitava a concentração da riqueza apenas nas mãos do herdeiro mais velho. Isso porque o matrimônio para as famílias mais abastadas da colônia representava a prevalência de um status a partir da união premeditada entre indivíduos da mesma condição social, conforme era o desejo Dom Afonso, pai da Sinhazinha Blandina.

Destinada pelo pai a casar-se um dia com o herdeiro de outras vastas terras que a ele interessavam – havendo eu um dia ouvido mencionar a grande família dos Garcia d'Ávila, da Casa da Torre, quando servia à mesa e desse assunto se travava entre os senhores presentes devia Blandina ser preparada para o bom desempenho nas visitas às casas-grandes, nas igrejas, novenas, procissões com que se entretêm os poderosos dessas terras em seu lugar de fidalga, e para isso convocaram o padre-mestre (...) (Rezende, 2019, p. 59).

A partir do fragmento acima, nota-se, então, o quanto as mulheres que pertenciam a famílias mais ricas da colônia funcionavam, na maioria das vezes, como moedas de negociação dentro do sistema patriarcal, que instituiu as relações sociais. Diante disso, controlar a sexualidade feminina era uma tarefa essencialmente necessária, uma vez que a perda da virgindade com outro rapaz antes do casamento em muito ameaçava as possibilidades de concretização do matrimônio. Acerca dessa dominação dos desejos sexuais da mulher durante o período colonial, Araújo (2013) afirma que existia uma norma esperada para efetivação do casamento, e nada dentro do modelo normativo poderia escapar às regras da moral e dos bons costumes estabelecidas pela Igreja e conseqüentemente pelo pai. Assim, todos os esforços deveriam confluir “para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas” (Araújo, 2013, p. 46). Porém, esta tarefa nem sempre se mostrava fácil, diante da “explosão do desejo da mocinha virgem” (Araújo, 2013, p. 46), algo que ocorria com não rara constância. É o que acontece, por exemplo, com Blandina, que contraria os projetos econômicos do pai ao se encantar e “beber” das narrativas inventadas pelo bastardo Diogo Lourenço de Távora, de quem acaba engravidando:



Não tardou muito para que os primeiros sinais de perdição a despertassem do ilusório sonho, durante uma das desapareções de Diogo, a pretexto de uma viagem que devia fazer à capitania de São Vicente, segundo dizia para cumprir importante missão. Como de tudo me encarregava eu a serviço de Blandina, percebi, em certa lua, que os incômodos de mulher, a chegar-lhe de costume por aquela fase, não se apresentavam e por primeiro pensei ser apenas um pequeno atraso como outras vezes lhe acontecera ou a mim, causado quiçá pela saudade do amado. Passada, porém, aquela fase da Lua e mais outra, fui-me aconselhar com Engrácia, que então tudo me revelou da maneira mais crua: que prenhe estava a Sinhazinha e como isso acontecia entre os humanos do mesmo modo que víamos acontecer entre os bichos quando uma fêmea era montada por um macho (Rezende, 2019, p. 76-77).

A descoberta da perda da virgindade e da conseqüente gravidez de Blandina resulta, diante da ira e contrariedade do pai, em sua ida, reclusão, abandono por parte da família e posterior morte no Convento do Desterro, na cidade de Salvador: “Sua primogênita nada mais valia para ele, para seu orgulho e seus negócios” (Rezende, 2019, p. 83). Desta maneira, a narrativa evidencia os papéis sociais restritos às mulheres do período setecentista e colonial, de modo mais amplo, desvelando o quanto o corpo e o desejo feminino estiveram à mercê das decisões e interesses pautados por instituições como o Estado e a Igreja, assim como as demais que representaram esses poderes, como a família patriarcal.

Considerações finais

A obra de Maria Valéria Rezende, parte importante da produção literária brasileira atual, revela uma faceta importante sobre os sujeitos marginalizados que compõem a sociedade brasileira, inclusive a partir de uma perspectiva histórica, como é possível entrever na narrativa do romance *Carta à rainha louca*. Neste livro, mais uma vez centrado em vivências que atravessam a existência feminina, vê-se, a partir de um documento histórico que serve de mote para a produção, as mazelas que incidiam sobre a vida da mulher dentro da sociedade colonial patriarcal que caracteriza a base da formação social do País.

Por meio das histórias da protagonista, Isabel Maria das Virgens, e da Sinhazinha Blandina, pertencentes a estratos sociais distintos, mas ligadas pela condição feminina, pode-se vislumbrar as limitações e as diversas for-



mas de violências que dominavam as suas existências, essencialmente atreladas a papéis sociais como os de esposa e mãe. Escrevendo para a rainha D. Maria I a sua autodefesa em relação às acusações de heresia, Isabel das Virgens constrói uma contundente denúncia sobre as hipocrisias e contradições que marcavam uma sociedade tão catolicamente religiosa, mas ao mesmo tempo tão cruel para com os menos privilegiados e desfavorecidos socialmente, como era o caso dos negros, indígenas e mulheres (fossem elas de qualquer condição econômica). Assim, conforme afirma Maria Valéria Rezende em entrevista concedida ao jornal *Correio Braziliense*, o seu livro deve ser lido como um debruçar sobre o passado do País para que se leia melhor e mais profundamente as mazelas e injustiças que afetam a mulher no contexto atual, afinal, o que se é hoje é reflexo direto da estrutura social que sustentou o passado e, conseqüentemente, contribuiu para moldar o que se define hoje como Brasil.

Referências

- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. (Org.). Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. Bogotá, **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, jul/dez. 2008.
- MACIEL, Nahima. "Maria Valéria Rezende lança Carta à Rainha Louca". Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/04/15/interna_diversao_arte,749491/maria-valeria-rezende-lanca-carta-a-rainha-louca.shtml. Acesso em: 23 jun. 2024.
- MARCHELLI, Paulo Sérgio. As minorias alfabetizadas no final do período colonial e sua transição para o império: um estudo sobre a história social e a educação no Brasil. **Educação Unisinos**, S. Leopoldo-RS, v. 10, n. 3, p. 187-200, set.-dez. 2006. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6060/3234>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- PIACESKI, Daiana Patrícia F. Maria Valéria Rezende: colorindo invisíveis por meioda literatura. **Revista Crioula – Dissidências de Gênero e Sexualidade nas Literaturas de Língua Portuguesa 2º Semestre**. nº 24, 2019.
- REZENDE, Maria Valéria. **Carta à rainha louca**. São Paulo: Alfaguara, 2019.
- REZENDE, Maria Valéria. "Bastidores", **Suplemento Pernambuco**. Disponível em: <http://www.suplementopernambu-co.com.br/edições-anteriores/67-bastidores/1211-ha-10-dias-uma-conhecida-ligou-no-meio-da-noite.html>. Acesso em: 01 fev. 2024.



Dinameire Oliveira Carneiro Rios

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

